

EVOLUCIÓN DE LA INVERSIÓN PÚBLICA

Y SU RELACIÓN EN EL CRECIMIENTO
DE INDICADORES ECONÓMICOS

CASO DE ESTUDIO:
ALTO AMAZONAS- PERÚ

JULIO ARÉVALO REÁTEGUI
VITELIO ASENCIOS TARAZONA
ALBERTO ALVA ARÉVALO
JUAN CARLOS SCHRADER IÑAPI
NAZARIO AGUIRRE BAIQUE
HUGO ALVARADO RÍOS

EVOLUCIÓN DE LA INVERSIÓN PÚBLICA

Y SU RELACIÓN EN EL CRECIMIENTO
DE INDICADORES ECONÓMICOS

CASO DE ESTUDIO:
ALTO AMAZONAS- PERÚ

JULIO ARÉVALO REÁTEGUI
VITELIO ASENCIOS TARAZONA
ALBERTO ALVA ARÉVALO
JUAN CARLOS SCHRADER IÑAPI
NAZARIO AGUIRRE BAIQUE
HUGO ALVARADO RÍOS

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Evolución de la inversión pública y su relación en el crecimiento de indicadores económicos - Caso de estudio: Alto Amazonas- Perú

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Julio Arévalo Reátegui
 Vitelio Asencios Tarazona
 Alberto Alva Arévalo
 Juan Carlos Schrader Iñapi
 Nazario Aguirre Baique
 Hugo Alvarado Ríos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E93	<p>Evolución de la inversión pública y su relación en el crecimiento de indicadores económicos - Caso de estudio: Alto Amazonas- Perú / Julio Arévalo Reátegui, Vitelio Asencios Tarazona, Alberto Alva Arévalo, et al. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Otros autores Juan Carlos Schrader Iñapi Nazario Aguirre Baique Hugo Alvarado Ríos</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acceso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1102-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.024231704</p> <p>1. Inversiones. 2. Crecimiento económico. 3. Gobierno regional. I. Reátegui, Julio Arévalo. II. Tarazona, Vitelio Asencios. III. Arévalo, Alberto Alva. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 332.1</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este libro **EVOLUCION DE LA INVERSIÓN PÚBLICA Y SU RELACIÓN EN EL CRECIMIENTO DE INDICADORES ECONÓMICOS**, es una recopilación de las experiencias como funcionario público en entidades públicas, de diferentes sectores y en lugares con idiosincrasias y costumbres diferentes, que hacen que las inversiones públicas tienen diferentes impactos en el crecimiento socio económico.

La presente investigación tuvo como objetivo establecer la relación entre la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas-Perú.

Las incidencias son muy marcadas en algunos lugares debido a que las necesidades de inversiones y la falta de obras para uso público son insuficientes y están ubicadas en pobreza extrema, es cuando los indicadores socio económicos tiene un porcentaje más alto. Dichas obras o inversiones son vías de penetración a lugares que son inhóspitas que encarecen su costo de producción y salen al mercado con desventajas en el precio venta de sus productos.

Así mismo carecen de establecimientos de salud de atención primaria, hacen que la vida tiene un alto nivel de riesgo por falta de atenciones y medicinas.

Todas estas carencias de servicios de poblaciones que extrema fueron visitadas insitu por el suscrito motivo que me obligaron a escribir este libro en la que se identificó falencias y estamos dando alternativas de solución con hipótesis y/o alternativas de solución. Muchas de las inversiones públicas no llegan a cumplir el objetivo, debido a que existen indicios de corrupción de parte de los responsables del manejo económico.

El fin de este libro es crear conciencia y que las inversiones incrementen la calidad de vida.

RESUMEN	1
ABSTRACT	2
INTRODUCCIÓN	3
Antecedentes	4
Fundamentación científica y humanística	7
Proyectos de inversión	7
Identificación del problema y alternativas de solución	7
Limitaciones y potencialidades de la inversión pública	8
Evolución de la inversión pública	9
El Indicador de Eficiencia Financiera (IEff)	10
Desarrollo económico	11
Justificación	19
Justificación Teórica.....	19
Justificación Metodológica	20
Justificación Práctica.....	20
Justificación académica	20
Problema	20
Problema General.....	21
Problema específico	22
Hipótesis	22
Hipótesis general	22
Hipótesis específicas	22
Objetivos	22
Objetivo general	22
Objetivos específicos.....	22
MARCO METODOLÓGICO	23
Variables	23

Operacionalización de variables	23
Metodología.....	23
Tipo de estudio	24
Diseño	24
Población, muestra y muestreo	25
Población	25
Muestra	25
Técnicas e instrumentos de recolección de datos	25
Procedimientos de recolección de datos	25
RESULTADOS	26
Inversión pública en la provincia de Alto Amazonas realizado en el 2009 – 2013	26
Crecimiento de indicadores económico en la provincia de Alto Amazonas en el 2009 – 2013.	28
Relación existente entre la evolución de la inversión pública del Gobierno Regional y el crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas 2009 – 2013.	30
DISCUSIÓN	34
CONCLUSIONES	36
RECOMENDACIONES	37
REFERENCIAS	38
ANEXOS.....	40
Anexo 01. Matriz de consistencia.....	40
Anexo 02: Instrumentos de recolección de información	42
Anexo 03: Documentos Financieros	43
SOBRE OS AUTORES	49

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo establecer la relación entre la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas de los años 2009 – 2013. El tipo de estudio fue no experimental, con el diseño correlacional en donde se obtuvo información mediante el levantamiento de información en cuanto a la ejecución presupuestal de la institución y el crecimiento de indicadores económicos obtenidos del INEI, una vez obtenido cada uno de estos datos se realizó el análisis correspondiente mediante el programa SPSS, para luego obtener los resultados; la población y muestra estuvo conformado por la totalidad de documentos que contenían los índices de ejecución presupuestal y crecimiento de los indicadores económicos; para la recolección de información se hizo mediante la técnica de análisis documental; mediante el instrumentos documentos de ejecución presupuestal y el compendio de indicadores económicos. Los resultados obtenidos nos muestra la ejecución presupuestal de la municipalidad de Alto Amazonas, en donde se aprecia un índice inestable, no pudiendo alcanzar la ejecución total de su presupuesto, siendo el índice más bajo registrado en el 2012 es decir de 71.9% y el más alto registrado en el 2010 con un índice de 93.7%. Llegando a la conclusión de que no existe relación entre la Inversión Pública del Gobierno Regional con el crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013; ya que se muestra inestabilidad; lo que indica que la ejecución presupuestal no beneficia a la población en general el cual indica una deficiente gestión y mal manejo de los fondos, por lo que no se logra alcanzar las metas durante todos los periodos objeto de estudio. En consecuencia se puede afirmar que no existe una relación entre las variables objeto de estudio; asimismo se sustenta mediante la correlación de Pearson ya que el valor p es mayor al 0.05, aceptando la hipótesis nula de la investigación.

PALABRAS CLAVES: Inversión pública, gobierno regional, crecimiento, indicadores económicos.

ABSTRACT

The present research aimed to establish the relationship between the evolution of the Public Investment Regional Government Economic Indicators Growth in the Province of Alto Amazonas of the years 2009 - 2013. The type of study was not experimental, with correlational design where information was obtained by collecting information regarding the budget execution of the institution and growth resulting economic indicators INEI, after obtaining each of these data performed the corresponding analysis using SPSS, and then get the results; population and sample consisted of all documents containing the indices of budget execution and growth of economic indicators; for data collection was done by the technique of documentary analysis; using the instruments of budget execution documents and the compendium of economic indicators. The results shows the budget execution of the municipality of Alto Amazonas, where an unstable rate appreciates, cannot achieve full implementation of its budget, being the lowest rate recorded in 2012 is 71.9% and over high recorded in 2010 with a rate of 93.7%. Coming to the conclusion that there is no relationship between the Public Investment Regional Government Economic Indicators growth in the Province of Alto Amazonas between the years 2009 - 2013; as shown instability; indicating that the budget execution does not benefit the general population which indicates mismanagement and misappropriation of funds, so it does not achieve the goals for all periods under study. There fore we can say that there is no relationship between the variables under study; also is supported by Pearson correlation as the p value is greater than 0.05, accepting the null hypothesis of the research.

KEYWORDS: Public investment, regional government, growth, economic indicators.

INTRODUCCIÓN

La teoría económica y la experiencia internacional han demostrado que el papel del Estado a través del gasto público permite mantener tasas de crecimiento sostenibles en el largo plazo. Por ello, el objetivo del presente trabajo es determinar que el Perú se encuentra en un proceso de crecimiento desigual, pese al dinamismo reportado por la inversión pública en los últimos años, lo cual estaría indicando que los avances en materia de inversión no han sido suficientes y que debería existir una reorientación hacia la inversión en proyectos rentables socialmente que impacten directamente sobre la calidad de vida de la población. Por ello, la importancia de identificar la “inversión productiva”, como aquella que no solo genera crecimiento económico sino también genera mayor rentabilidad social, y de ese modo, alcanzar la convergencia regional.

La importancia del estudio de la inversión pública se origina debido a la existencia de algunas fallas de mercado que podrán ser resueltas con la intervención eficiente del Estado, especialmente si se busca impulsar las principales actividades productivas de las regiones que impulsen el crecimiento económico y reduzca las disparidades regionales.

La relación que tiene la inversión pública con el crecimiento y desarrollo económico ha sido discutida por una serie de autores que refuerzan su relevancia sobre las regiones.

La discusión teórica también es reforzada por la revisión realizada de algunos trabajos para países latinoamericanos, incluyendo el Perú. En ese sentido, este tipo de estudios busca confirmar la influencia de la inversión, así como generar alternativas de mejora.

El presente estudio está estructurada en siete capítulos:

El primer capítulo corresponde a la introducción se referencia a los antecedentes, la fundamentación teórica, la justificación, el problema, la hipótesis y los objetivos que determinan el fin y razón de ser de trabajo de investigación.

El segundo capítulo que corresponde al marco metodológico donde se hace referencia al plan de investigación que permitió cumplir con ciertos parámetros en el marco científico; asimismo, se tuvo en cuenta los siguientes puntos: las variables de estudio, la metodología empleada, el tipo y diseño de investigación, la población y muestra con quien se realiza la investigación, las técnicas e instrumentos de recolección de información, así como el método de análisis mediante el proceso estadístico.

En el tercer capítulo se muestran los resultados obtenidos producto del análisis cuantitativo ejecutado. Se describen los datos apoyados en tablas y gráficos representativos. Así también en este acápite se considera la prueba de hipótesis.

En el cuarto capítulo que contiene la discusión se interpreta y analiza los hallazgos

obtenidos, su implicancia y verificación de las hipótesis, así como la proyección futura del estudio y su aporte a la comunidad científica. Para todo ello, se tuvo en cuenta los resultados obtenidos y las teorías o autores descritos en el marco teórico e incluso las investigaciones realizadas por otros autores considerados en los antecedentes.

En el capítulo cinco se evidencia las conclusiones donde se dan respuesta a las interrogantes expuestas en el trabajo de investigación.

En el capítulo seis se dan las recomendaciones y se proponen soluciones al problema investigado o sugerencias para llevar a cabo dicha propuesta.

El capítulo siete contiene las referencias bibliográficas donde se muestra el material bibliográfico utilizado, consultado o visitado durante el desarrollo proyecto de investigación.

Finalmente, encontramos los anexos que están constituidos por informaciones auxiliares que evidencian la veracidad del trabajo de investigación.

ANTECEDENTES

Prieto, Marlon (2012), en su tesis de doctorado “Influencia de la Gestión del Presupuesto por Resultado en la Calidad del Gasto en las Municipalidades del Perú año 2006-2010, Caso: Lima, Junín y Ancash” concluye que la aplicación del Presupuesto por resultados en las municipalidades del Perú mejora la calidad del gasto público ya que ellos son destinados a favorecer los niveles de vida de la población, la manera como mejorar la calidad de vida de la población es mediante la asignación de recursos presupuestales en los Programas Presupuestales Estratégicos tales como: mejorar la desnutrición crónica infantil, mejorar la calidad de la educación básica, mejorar la dación de servicios a la población y también se refiere a que los actuales indicadores de evaluación presupuestal no consideran los beneficios sociales que se debe brindar a la población, e incluso son desconocidos por quienes elaboran dicha evaluación y los indicadores miden solamente el monto del gasto, pero no la calidad del mismo.

Ponce, St. S. (2013), en su tesis de posgrado “Inversión Pública y Desarrollo Económico Regional” en la pontificia universidad católica del Perú, concluye que los resultados demostraron que si bien la inversión pública ha resultado ser un factor relevante en el crecimiento económico, la inversión privada es la que mayor impacto ha generado en el periodo bajo análisis. Es así, que se podría afirmar que una correcta canalización de recursos privados sobre proyectos de inversión, inclusive en aquellos que producen beneficios directos sobre la población. Además, la mayor participación de la inversión privada en los últimos años también se ha derivado de otras alternativas de participación conjunta entre el estado y el sector privado, como es el caso del esquema de Asociación Público Privadas (APPs). Por ello, no se debe subestimarse el impacto de inversión

pública porque esta variable se encuentra en proceso de expansión, si se compara con la inversión privada. A ello, se suma el hecho de que el rol del Estado debe generar externalidades positivas en la población, por lo que incentivar la inversión pública sigue siendo una alternativa viable. Es preciso señalar, que mientras se busque incentivar la inversión pública es posible generar una mayor competencia con la inversión privada, en el sentido de brindar alternativas de solución frente a las demandas insatisfechas de las distintas regiones. No obstante, mientras exista la capacidad de mejorar los resultados que proporciona la inversión privada, una opción sería que la inversión pública complemente a la privada, en el aspecto de infraestructura. Desde el punto de vista de la desigualdad entre regiones, se demostró que la inversión pública y privada contribuye a la reducción de la desigualdad regional, no obstante aún queda un amplio margen por mejorar la participación de la inversión pública sobre las disparidades regionales.

Palacios, L. C. W. (2013) en su tesis “El presupuesto participativo basado en resultados como instrumento para la toma de decisiones en la asignación y ejecución del presupuesto de inversiones de la Municipalidad distrital de Casa Grande, 2012” de la Universidad Privada Antenor Orrego, llegó a la conclusión de:

El presupuesto participativo basados en resultados de la Municipalidad Distrital de Casa Grande, que analizó de acuerdo a la normativa vigente emanada por la Dirección Nacional de Presupuesto Público, las mismas que facilitaron la asignación y ejecución del presupuesto de inversiones del 2012.

La asignación y ejecución de los recursos públicos en el presupuesto de inversiones, se realizaron de acuerdo a la Directiva N° 005-2010-EF/76.01 “Directiva para la Ejecución Presupuestaria”.

La metodología y organización del proceso del Presupuesto Participativo Basado en Resultados, se desarrolló de acuerdo con las normas vigentes; y al mismo tiempo se analizó el comportamiento de las inversiones de la Municipalidad Distrital de Casa Grande.

Al analizar la eficacia y efectividad del presupuesto de inversiones de la Municipalidad Distrital de Casa Grande; buscamos medir el grado cumplimiento de los objetivos y metas del Presupuesto Participativo en la población beneficiaria, en el periodo 2012; y los resultados programados en el tiempo y con los costos más razonables posibles.

Pareja, E. H. (2011) en su tesis “Análisis de los proyectos de inversión pública en el programa “Mi Barrio”: evaluación mediante cinco estudios de caso” de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos; llegó a las conclusiones que para tener conocimiento de los problemas que afronta un proyecto es necesario elaborar investigaciones detalladas de los procesos de un proyecto y su posterior difusión con los actores involucrados, quienes pueden generar alternativas con mayor participación. Es necesario reiterar que

la percepción de un proyecto como actividades poco productivas, es trasladada a los programas y posteriormente a las políticas públicas, y consecuentemente a las autoridades involucradas. La presente tesis además del objetivo de investigación buscó impulsar investigaciones en proyectos de inversión pública en el lector de manera que pueda extraer de las indagaciones experiencias exitosas para ser replicados en proyectos similares y lograr el desarrollo social.

Maldonado, G. (2012) en su tesis “Contribución de la inversión pública en ciencia y tecnología, a través del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, a la competitividad de las regiones en México” de la Universidad Complutense de Madrid; llegó a la conclusión que en la mayoría de las regiones todavía no se llega a la masa crítica de recursos humanos capacitados que sean capaces de identificar, apropiar y aplicar conocimientos que tengan una repercusión importante en la competitividad y el desempeño económico. Lo anterior explicaría que en el año 2007 el 71.3% del gasto del CONACYT en ciencia y tecnología se haya destinado a los recursos humanos (i.e. becas para estudios de posgrado y sistema nacional de investigadores) y solamente el 20% de los recursos a proyectos científicos y tecnológicos (CONACYT, 2010c). Asimismo, explica que la variable spillovers no haya resultado significativa.

Estela, B. M. (2009) en su tesis “Modificaciones en la normativa del sistema nacional de inversión pública y su impacto en un proyecto vial” de la Universidad de Piura; llegó a la conclusión de que:

Los procedimientos del SNIP se han ido flexibilizando desde su creación a fin de optimizar la gestión del Estado, como son: a) declarar la viabilidad del proyecto que ha sido delegada a la OPI-MTC; b) en la fase de preinversión para la evaluación de proyectos de carreteras, generalmente solo se requiere dos niveles de estudios: perfil y factibilidad y para el caso de puentes sólo requiere el perfil con contenidos básicos de ingeniería; c) se han establecidos contenidos mínimos para la elaboración del estudio de perfil a fin de obtener la viabilidad de los proyectos de carreteras que tienen definido su estándar como es el caso de una rehabilitación; se han formulado programas de inversión para ejecutar un conjunto de proyectos. La recomendación de la OPI-MTC relacionado a los conteos vehiculares a fin de determinar el IMDa, excedió los límites de evaluación y competencia, considerando que dicho parámetro es importante para realizar otras actividades como la de realizar el diseño adecuado de la estructura de pavimento y de la evaluación económica del proyecto, pues gran parte de los beneficios derivados del mismo son debido a los ahorros en los costos de operación vehicular.

Cuando se obtiene un IMDa menor significa que los beneficios del proyecto disminuyen pero también indica que el diseño de la estructura debería ser menos costosa

que para una carretera con tráfico más elevado. Por lo tanto una ventaja de reducir el tráfico es tener un menor costo de obra, aunque dicho costo no refleje las obras que deberían realizarse para tener una estructura funcional y adecuada que sea sostenible en la vida útil del proyecto.

FUNDAMENTACIÓN CIENTÍFICA Y HUMANÍSTICA

Proyectos de inversión

La inversión pública se consigue con proyectos sostenibles, que operen y brinden servicios a la comunidad ininterrumpidamente. Es por ello que se ha creído conveniente investigar el impacto del sistema nacional de inversión pública en la calidad de los servicios públicos que ofrece la municipalidad distrital de Baños de Inca en el periodo 2007-2010. El Sistema Nacional de Inversión Pública es un Sistema Administrativo del Estado que incluye la participación de distintos actores de cualquier entidad que ejecute proyectos de inversión pública. Cada actor es responsable de cumplir funciones específicas a lo largo de la preparación de un proyecto. El funcionamiento del sistema nacional de Inversión pública debe estar orientado a mejorar la capacidad prestadora de servicios públicos del Estado de forma que éstos se brinden a los ciudadanos de manera oportuna y eficaz. La mejora de la calidad de la inversión debe orientarse a lograr que cada nuevo sol (S/.) invertido produzca el mayor bienestar social.

El estudio del impacto del sistema nacional de inversión pública es importante porque permite verificar la calidad de los servicios públicos, para ver si las decisiones sobre inversión de recursos públicos son oportunas y están sustentadas en un análisis técnico previo que garantice la solución de la necesidad identificada al menor costo, para verificar si el SNIP cuenta con la existencia de una metodología estandarizada para la formulación y evaluación de proyectos de inversión pública, además investigar si se cuenta con la presencia institucional de soporte para el análisis técnico previo de las inversiones en las Entidades Públicas, así como la existencia de un ente especializado en la formulación y evaluación de proyectos de inversión pública.

Identificación del problema y alternativas de solución

(**CEPAL - SERIE manuales**). Uno de los factores esenciales para actuar en forma acertada frente a un problema, tanto en el ámbito privado como público, es buscar diferentes alternativas de solución y escoger la mejor de ellas.

Para lograrlo, no es posible guiarse sólo por capacidades intuitivas o simples experiencias, sino que debe haber un dominio en la problemática pertinente y apoyarse en una metodología adecuada. Para asegurar un buen análisis es necesario, en primer lugar,

conocer el problema. Esto es, identificarlo plenamente para poder proponer alternativas de solución que respondan a ese problema. En segundo lugar, para proponer soluciones hay que tener en cuenta la importancia de una buena identificación, conocer sus causas y efectos, fijar los fines que se persigue con la solución del problema y cuáles serán los medios a utilizar. Así, podemos estructurar alternativas de solución las cuales deben ser estudiadas a cabalidad para seleccionar la que mejor responda al problema planteado. El objetivo de este capítulo es entregar herramientas para abordar este difícil tema. Para ello se han incorporado tópicos referidos y un anexo con instrumentos conocidos y de fácil aplicación.

Limitaciones y potencialidades de la inversión pública

(Roger Díaz Alarcón- Dirección General de Programación Multianual del Sector Público - Ministerio de Economía y Finanzas - Diciembre 2009)

- I. La Visión del SNIP sobre la Inversión Pública para el desarrollo
 - Proyectos dirigidos a resolver problemas específicos de la población
 - Proyectos sostenibles y socialmente rentables.
 - Proyectos obedecen a estrategias y políticas públicas.
 - Sinceramiento y transparencia del gasto de inversión.

- II. Contribuciones del SNIP al desarrollo regional
 - Migrar de una visión sectorial a una visión integral de la inversión pública.
 - *Concentrarse en áreas prioritarias.*
 - Asegurar calidad

- III. Desafíos para maximizar el impacto de la Inversión Pública en el desarrollo regional.
 1. Concentrarse en áreas prioritarias
 - Salud
 - Educación
 - Electrificación rural
 - Agua y saneamiento
 - Caminos

 2. Fortalecer INSTITUCIONALIDAD de las políticas, planes de desarrollo, y programas de inversión en todos los niveles de gobierno.

 3. Consolidar el proceso de PROGRAMACIÓN MULTIANUAL de la

inversión pública.

4. Promover la mejora de CAPACIDADES para el diseño y la gestión de la inversión pública.
5. Comprometer a la CIUDADANIA para cautelar la CALIDAD de inversión.
6. Necesidad de darle orientación estratégica a inversión pública
7. Profesionalizar la gestión de la inversión pública.

Evolución de la inversión pública

Juan Francisco Álvarez Llanes (2012), la directiva de evaluación Presupuestaria, define como “El conjunto de procesos de análisis para determinar sobre una base continua en el tiempo, los avances físicos y financieros obtenidos a un momento dado, y su comparación con el Presupuesto Institucional Modificado (PIM), así como su incidencia en el logro de los objetivos institucionales”.

Según la directiva de Evaluación Presupuestaria del Ministerio de Economía y Finanzas tiene los siguientes fines:

- a. Determinar el grado de eficacia en la ejecución presupuestaria de los ingresos y gastos, así como el cumplimiento de las metas presupuestarias contempladas en las actividades y proyectos para el período en evaluación.
- b. Determinar el grado de eficiencia en el cumplimiento de las metas presupuestarias, en relación a la ejecución presupuestaria de los gastos efectuados durante el período a evaluar.
- c. Explicar las desviaciones presentadas en el comportamiento de la ejecución de ingresos y egresos comparándolas con la estimación de recursos financieros y la previsión de gastos contemplados en el Presupuesto Institucional de Apertura (PIA) así como en el Presupuesto Institucional Modificado (PIM) y determinar las causas que las originaron.
- d. Lograr un análisis general de la gestión presupuestaria del pliego al primer semestre del presente año, vinculada con la producción de bienes y servicios que brinda a la comunidad.

Formular medidas correctivas, a fin de mejorar la gestión presupuestaria institucional durante el II semestre, con el objeto de alcanzar las metas previstas para el ejercicio fiscal, en los sucesivos procesos presupuestarios.

Indicadores de eficacia del ingreso semestral (IEIS)

$$(\text{IEIS}) (\text{PIM}) = \frac{\text{monto de ejecución presupuestaria de ingresos}}{\text{Monto del presupuesto institucional modificado}}$$

El “Indicador de Eficacia” identifica el avance en la ejecución presupuestaria de los

ingresos, gastos y metas del pliego, respecto al Presupuesto Institucional Modificado (PIM).

Indicadores de eficacia del gasto semestral (IEGS)

Monto de ejecución presupuestaria de egreso:

$$(IEGS) (PIM) = \frac{\text{(A nivel de grupo genérico de gasto)}}{\text{Monto del presupuesto institucional modificado}}$$

(A nivel de grupo genérico de gasto)

Indicador de eficacia de la meta presupuestaria semestral (IEMS), respecto al presupuesto institucional modificado (PIM):

$$(IEMS) (PIM) = \frac{\text{Cantidad de la meta presupuestaria obtenida X1}}{\text{Cantidad de la meta presupuestaria Modificada X1}}$$

El Indicador de Eficiencia Financiera (IEfF)

Según la Directiva de Evaluación Presupuestal define que “El Indicador de Eficiencia” aplicado a la Evaluación Presupuestaria, determina la óptima utilización de los recursos públicos asignados a cada meta presupuestaria respecto de sus previsiones de gastos contenidas en el Presupuesto Institucional de Apertura (PIA) y en el Presupuesto Institucional Modificado (PIM).

Respecto al Presupuesto Institucional de Apertura (PIA):

$$\frac{\text{Monto del PIA para la Meta X}}{\text{Cantidad de la Meta Presupuestaria de Apertura X}} = A1$$

$$\frac{\text{Monto de la Ejecución Presupuestaria de Egresos de la meta X}}{\text{Cantidad de la Meta Presupuestaria Obtenida X}} = B$$

Luego:

$$\frac{A1 - B}{A1} = X100 = \text{IEf(MM) (Nivel de Eficiencia de la meta Apertura X)}$$

Respecto al presupuesto Institucional Modificado (PIM)

$$\frac{\text{Monto del PIM para la meta X}}{\text{Cantidad de la Meta Presupuestaria Modificada X}} = A2$$

$$\frac{\text{Monto de la Ejecución Presupuestaria de Egresos de la meta X}}{\text{Cantidad de la Meta Presupuestaria Obtenida X}} = B$$

Luego:

$$\frac{A2 - B}{A2} = X100 = \text{IEf(MM)} \text{ (Nivel de Eficiencia de la meta Modificada)}$$

Desarrollo económico

Enke, Stephen, (1965) define que:

El desarrollo económico es la capacidad de los países para crear una mayor riqueza con la finalidad de promover el bienestar económico y social de sus habitantes, está compuesto por un conjunto de transformaciones políticas, económicas y sociales, las cuales son fruto de crecimiento económico sin embargo no siempre este crecimiento da como resultado el desarrollo debido a la inexistencia de las transformaciones mencionadas anteriormente. En la actualidad el concepto de desarrollo económico forma parte del desarrollo sostenible. Una comunidad o una nación realiza un proceso de desarrollo sostenible si el desarrollo económico va acompañado del humano – o social y del ambiental (preservación de los recursos naturales y culturales y despliegue de acciones de control de los impactos negativos de las actividades humanas). El desarrollo económico tiene dos dimensiones: el crecimiento económico y la calidad de vida (satisfacción de las necesidades básicas, tanto materiales como espirituales).

Importancia del desarrollo económico

Enke, Stephen, (1965), sostiene: La globalización y la tecnología han superado las barreras geográficas, es por esta razón que la gente en la actualidad conoce claramente la situación de las cosas que ocurren en otras partes del mundo. A los habitantes de los países desarrollados se les recuerda frecuentemente la situación en la que viven los habitantes de los países menos desarrollados, la población en estos países está cada vez más expuesta al estilo de vida del mundo occidental.

Las naciones más desarrolladas frecuentemente tienden a ayudar a los países menos desarrollados con el fin de mejorar la calidad de vida de sus habitantes, ambas partes

destacan el beneficio del aumento de la prosperidad en los países menos desarrollados y del apoyo mutuo. Es por esta razón que en los últimos treinta años el desarrollo económico ha adquirido una mayor importancia.

Enke, Stephen, (1965), menciona: los factores generales del desarrollo económico son:

Crecimiento de la población. Este tema se lo debe tratar con mucho cuidado porque el crecimiento de la población puede ser favorable para el desarrollo económico, porque por un lado el crecimiento de la población puede representar un mercado en expansión para los bienes que la sociedad está produciendo pero por otra aumenta la demanda de mano de obra y disminuye la oferta de puestos de trabajo es por esto que este factor va a depender de donde, cuando y como ocurra el crecimiento de la población.

Recursos naturales. Los recursos naturales desempeñan necesariamente un papel importante en el desarrollo económico. La producción de una economía dependerá significativamente de la cantidad y la localización de sus recursos.

El proceso de desarrollo económico en este factor ha dado como resultado aperturas a nuevos recursos necesarios para la producción, pero debemos tomar en cuenta que una escasez de recursos puede limitar el desarrollo económico. El ser humano es considerado como el principal recurso dentro del desarrollo.

Acumulación de capital. Es el proceso de agregar maquinas, herramientas, edificios, etc. Ayuda a incrementar la producción en el tiempo, Distingue a los países ricos de los pobres. Es el servidor o asistente del progreso tecnológico.

Es necesario para dotar a una población creciente de herramientas y útiles para la producción. Ayuda a ampliar la producción y proporcionar empleos a la creciente mano de obra.

Incremento en la escala o especialización en la producción: Los tres factores anteriores en conjunto contribuye sustancialmente al desarrollo de la producción de una economía. Ya que si introducen unidades productivas de mayor escala con especialización, una sociedad puede obtener más producción de sus factores productivos.

Progreso tecnológico. Este factor es quizá individualmente la mayor característica distintiva de la era moderna, este progreso provoca cambios básicos en las técnicas productivas y originan nuevos productos y es indispensable para el desarrollo económico, está basado en la ciencia, el progreso económico es económicamente efectivo cuando se introduce la innovación de las personas.

Políticas del desarrollo económico

Enke, Stephen, (1965), menciona las políticas de desarrollo económico y son:

- a. **Reformas estructurales:** Con el fin de alcanzar el anhelado desarrollo los países y organizaciones tienen que realizar modificaciones en las cuales se asienta su sistema económico, estos cambios deben estar dirigidos a crear una economía más fuerte y una sociedad más modernas.

Enke Stephen, (1965), sostiene las siguientes reformas:

- La reforma agraria.- se basa en cambiar la propiedad de la tierra con el fin de redistribuirla de una manera más justa con el fin de que todos los recursos sean aprovechados de una manera más eficiente, buscando el fortalecimiento de la economía campesina así como una organización social más dinámica y equitativa.
- La reforma del comercio exterior.- consiste en una serie de medidas destinadas a proteger los productos primarios nacionales mediante la estatización o un mayor control por parte del estado.
- Las reformas bancarias y del mercado de capitales.- modifican la propiedad, el control y el funcionamiento del sistema bancario, con el fin de asegurar un adecuado financiamiento a las actividades del sector industrial, exportaciones, agricultura y de otros sectores productivos.
- Las reformas tributarias.- buscar crear tributos más efectivos con el fin de incrementar la capacidad de financiamiento del gobierno, así como crear estímulos para las actividades que apoyen el crecimiento económico del país y desestimulos para el uso inadecuado de recursos y factores productivos.
- La reforma de la empresa.- consiste en otorgar una mayor participación a los empleados y a la comunidad en la propiedad y administración de las empresas, de manera que estas sean más sensibles ante los problemas sociales de comunidad creando una responsabilidad corporativa.
- La reforma educacional.- el sistema educativo tiene constantes reformas en sus contenidos de enseñanzas, métodos, técnicas y en su administración ya que su principal objetivo es formar individuos con valores humanos y sociales, con aptitudes y capacidades que demanda el mundo actual, razón por la cual este sistema está en constante cambio.
- La reforma administrativa.- tenemos los cambios que se realizan dentro del gobierno y del sector público en donde se están creando constantemente nuevas funciones y responsabilidades con el fin de atender de una manera más eficiente las necesidades de la sociedad.

- b. **Objetivos económicos.**

Enke Stephen, (1965), menciona:

- Crecimiento.- para que los países alcancen el desarrollo económico es condi-

ción esencial que la producción crezca desaceleradamente por un largo periodo de tiempo, para lograr un crecimiento acelerado y sostenido. Para que se produzca este crecimiento económico es necesario que todas las actividades sectoriales como son: las industriales, agropecuarias, mineras, de servicios y de comercio exterior crezcan en porcentajes cada vez mayores.

- **Redistribución.**- las políticas de desarrollo buscan corregir la distribución de los ingresos de manera justa y equitativa. Para lograr la redistribución de los ingresos se utilizan varios instrumentos como: los tributos, el gasto público, los salarios, etc.
- **El empleo.**- se considera como el factor predominante dentro del desarrollo ya que si no existe un alto nivel de empleo y una mayor participación de los individuos dentro de los procesos productivos, resulta imposible alcanzar la redistribución de los ingresos y un crecimiento acelerado y sostenido
- **Exportaciones.**- el papel de las exportaciones en una política de desarrollo es aportar el financiamiento externo. Así mismo se encuentran los acuerdos de integración comercial que realizan los países con el propósito de crear un mayor número de oportunidades para las exportaciones.
- **Industrialización.**- dinamiza la economía y revoluciona el campo social. Una política de industrialización comprende una vigorosa acción orientada a acrecentar la demanda de productos manufacturados, un adecuado sistema para la protección de las industrias impulsándolas a un crecimiento eficiente y medidas que oriente a la expansión del sector hacia los tipos de industrias más dinámicas como las de bienes de capital y consumo duradero, además creando condiciones económicas para un normal funcionamiento y una fuerte expansión de este sector.
- **Infraestructura.**- es un aspecto primordial dentro la política de desarrollo, la cual está compuesta por un conjunto de medidas las cuales están orientadas a la construcción, manutención y ampliación de sistemas de carretera y caminos, ferrocarriles , aeropuertos, instalaciones portuarias, terminales , correos, telecomunicaciones , servicios de telefonía, energía eléctrica, agua potable, etc.

c. Objetivos sociales

Enke Stephen, (1965), menciona:

- **Nivel de vida.**- se refiere a las condiciones en que las personas satisfacen sus necesidades primordiales. Respetando y promoviendo los derechos humanos.
- **Educación.**- la política de desarrollo en la educación está orientada a crear un sistema educativo completo y armónico que a más de responder con las necesidades actuales de la sociedad contribuya a mejorar las condiciones económicas y sociales del sistema. Teniendo como resultado un mayor número de oportunidades educacionales para la población, mejoramiento en la calidad de

la fuerza de trabajo, incremento en el número de investigaciones científico y tecnológico.

- Salud.- la salud es importante condición en el nivel de vida de las personas, el propósito de la política de desarrollo es prolongar la esperanza de vida de la población, reduciendo las tasas de mortalidad y disminuyendo la morbilidad.
- Vivienda.- en la política de desarrollo el problema de la vivienda es planteado como un problema social puesto que la vivienda forma parte del nivel de vida de las personas y también es considerado como un importante factor dinamizador de la economía ya que da lugar a la oferta y la demanda de insumos que estimulan y diversifican el comercio y la industria, a la vez que incentiva el ahorro familiar.
- Participación.- el objetivo de la política de desarrollo en la participación es incentivar y conducir a las personas, familias, agrupaciones a no actuar únicamente como productores, ofertantes de fuerza de trabajo o como consumidores o empresarios pasivos de una localidad, región o país, sino a que asumen responsabilidades en la toma de decisiones relativas a los asuntos que involucran cambios en su comunidad.

Evaluación del crecimiento económico

El desarrollo económico es evaluado según **Tezanos Vázquez (2013)**, en función a los siguientes atributos:

- Número de habitantes.
- Número de contribuyentes que pagan sus impuestos.
- Precio promedio de terreno (Zona Urbana).
- Producto Bruto Interno (P.I.B.).
- Producto Bruto Interno per cápita a precios corrientes.
- Ingreso promedio mensual.
- Tasa de desempleo.
- Índice de pobreza extrema.
- Tasa de Analfabetismo.
- Numero de comités de programas Gubernamentales.

Cada uno de los atributos antes mencionados, representa una medida eficiente para evaluar el desarrollo económico de una sociedad, es por ello que se detalla con mayor precisión a continuación:

- **Número de habitantes**

El número de habitantes se encuentra determinado por la cantidad total de

personas que residen en una determinada sociedad. Las mismas que comparten un objetivo en común, el cual es desarrollarse como personas para así obtener un mayor beneficio económico, dándole una mejor calidad de vida a su familia.

Tezanos Vázquez (2013), “Los temas relacionados con el crecimiento demográfico son altamente polémicos. Hay quienes piensan que la población debe seguir creciendo de acuerdo con el mandato bíblico Creced y multiplicaos, mientras que otros sostienen tesis antinatalistas, favoreciendo programas de control de la natalidad, de planificación familiar, de la legalización del aborto, etc. En este tema, más que en ningún otro, los optimistas (que favorecen las tesis pronatalistas) y los pesimistas (anti-natalistas) son irreconciliables

El crecimiento de la población a un ritmo acelerado, dependiendo de las acciones que tome el estado puede generar un retraso en el desarrollo de la población al no poder abastecer de trabajo y oportunidades de mejora a las personas, lo que a su vez trae consigo un descenso sobre los ingresos que percibe una persona de forma mensual, impidiéndole desarrollarse económicamente; o bien puede generar significar una oportunidad para el estado, ya que el aumento de personas significa una mayor recaudación en los impuestos y tributos a pagar, los mismos que de ser aplicados de manera correcta conllevan a la inversión de obras que benefician a la sociedad, generando mayor empleo y más facilidades de crecimiento para las personas.

- **Número de contribuyentes que pagan sus impuestos**

Tezanos Vázquez (2013), “Un principio básico para determinar el desarrollo de una población en un determinado territorio, es el pago de ciertos conceptos contemplados por la ley que los rige, con el objetivo final de invertir ese dinero en actividades y obras que buscan el beneficio social”.

Las municipalidades locales, son los encargados de recaudar ese dinero, para el desarrollo de la población, de tal forma que en relación a este indicador: Mientras más personas realicen el pago de sus obligaciones, existirá un mayor porcentaje de dinero disponible para efectuar los planes contemplados para el bienestar de la sociedad. Pero si por el contrario, las personas se niegan a pagar sus impuestos, puede que estas crezcan personalmente, pero la sociedad en general, económicamente hablando se quede estancada, ya que solo un pequeño sector es el que se desarrolla.

En este punto, al igual que en el resto, se debe de evaluar el desarrollo económico de un todo, es decir que se debe de analizar el crecimiento económico que presenta la provincia de San Martín en forma general y no sesgar la población de tal forma que solo se abarque un pequeño sector.

- **Precio promedio de terreno**

Tezanos Vázquez (2013), “Otro factor importante para determinar el desarrollo económico de la población es el incremento de los precios sobre los terrenos dentro de la zona urbana, a que al ser bienes duraderos su valor económico no se devalúa, por el contrario con el pasar de los años sus precios tienden a elevarse”. Pero se sabe que el ingreso per cápita de los peruanos no está yendo en la misma proporción en la que se incrementan los precios de los bienes y servicios que adquieren. Esto provoca que exista un desequilibrio económico entre los ingresos que percibe, junto a las necesidades que se le presente.

- **Producto bruto interno (P.B.I)**

Es una medida macroeconómica que expresa el valor monetario de la producción de bienes y servicios de demanda final de un país durante un período determinado de tiempo.

Lira Segura (2013), “El Producto Bruto Interno (PBI) se define como el valor total de los bienes y servicios producidos en un país durante un periodo determinado mensual, trimestral, anual”. Para fines contables, no se calculan los bienes intermedios sino solo los finales para evitar la duplicación de valores.

La producción puede medirse de tres formas distintas: sumando el valor agregado de todas las unidades de producción, sumando los gastos de los consumidores (menos importaciones) o sumando todos los ingresos recibidos por los agentes económicos. En teoría las tres metodologías deberían arrojar el mismo resultado.

El PBI per cápita es el promedio de Producto Bruto por cada persona. Se calcula dividiendo el PBI total por la cantidad de habitantes de la economía.

- **Ingreso promedio mensual**

Tezanos Vázquez (2013), “Este factor determina la cantidad o monto que percibe una persona por la labor desempeñada en un determinado trabajo. Este ingreso promedio mensual, en Perú es equivalente a los S/. 750.00 soles (Remuneración Mínima Vital), la cual para muchos de los peruanos resulta siendo insuficiente para cubrir los gastos y necesidades que se les presenta”.

El crecimiento económico de una población se encuentra determinado por el incremento que perciben sobre su remuneración mínima vital (RMV), en contraste con el crecimiento de las principales actividades a que se dedique dicha población.

En tal sentido no puede existir desarrollo económico si solo las empresas crecen, ya que lo correcto sería que tanto empresa como poblador se desarrollen de manera conjunta y equilibrada.

- **Tasa de desempleo**

Tezanos Vázquez (2013), “Este indicador muestra la proporción de personas que desean trabajar y están en condiciones legales de hacerlo pero no encuentran un puesto de trabajo”. Se halla dividiendo los desempleados entre la población activa.

Para que exista un crecimiento o desarrollo económico, se necesita contar con la participación de todos o al menos de la mayoría de la población laboralmente activa, ya que son estos los que con su esfuerzo y trabajo diario generan rendimientos y utilidades para la institución en la cual están laborando.

Pero ¿qué ocurre cuando existe una alta tasa de desempleo?, ocurre que, nuevamente la sociedad se ve estancada ya que parte de su población no realiza ningún tipo de actividad provechosa para la misma.

- **Índice de pobreza extrema**

La extrema pobreza ha sido definida como la situación más severa de la pobreza, y tal como lo señala la ONU, es aquella situación cuando las personas no pueden satisfacer varias de las necesidades básicas para vivir como alimento, agua potable, techo, sanidad, y cuidado de la salud.

Según el Ministerio de Economía y Finanzas, existen diversos métodos para la identificación de los pobres, desde los métodos que miden la situación de los hogares en cuanto a sus características, el medio donde se desenvuelven y su acceso a servicios básicos; hasta los métodos que miden la pobreza según el poder adquisitivo de los hogares a través de líneas de pobreza.

La Pobreza Monetaria:

Se define como la insuficiencia de recursos monetarios para adquirir una canasta de consumo mínima aceptable socialmente. Para ello se elige un indicador de bienestar (gasto per cápita) y parámetros de lo socialmente aceptado (líneas de pobreza total para el caso de consumo total y línea de pobreza extrema para el caso de alimentos):

- Se dice que un hogar es pobre cuando su gasto per cápita es inferior a una Línea de Pobreza (LPt).
- Se dice que un hogar es pobre extremo cuando su gasto per cápita es inferior a una Línea de Pobreza Extrema (LPex).

La tasa de pobreza monetaria es comúnmente el indicador que hace referencia al nivel de vida de la población, esta refleja la capacidad de un hogar para afrontar las exigencias mínimas para vivir; en este sentido el indicador que se utiliza es el gasto per cápita del Hogar.

En tal sentido, una sociedad podrá ser reconocida como económicamente desarrollada si erradica la extrema pobreza y la pobreza.

- **Tasa de analfabetismo**

Según la UNESCO (2009), “Es el número de personas alfabetizadas de quince años y más, expresado en porcentaje de la población total de personas de quince años y más. Se considera que una persona está alfabetizada cuando puede leer, escribir y comprender un texto sencillo y corto sobre su vida cotidiana”.

Tezanos Vázquez (2013), “El analfabetismo se define como el Porcentaje de la población de quince años y más que no puede leer, escribir y comprender un texto sencillo y corto sobre su vida cotidiana”.

En una sociedad desarrollada, el analfabetismo no puede existir, ya que este genera retrasos a la sociedad. La alfabetización ofrece un potencial para el perfeccionamiento intelectual y contribuye al desarrollo económico y sociocultural de la sociedad.

- **Número de comités del Programa Vaso de Leche**

La preocupación del estado por apoyar a su sociedad se ve reflejado sobre los innumerables programas que este genera en contribución de la población, uno de los casos es el ya conocido programa vaso de leche, el cual es un programa social creado para proveer apoyo en la alimentación a través de la entrega de una ración diaria de alimentos a una población considerada vulnerable, con el propósito de ayudarla a superar la inseguridad alimentaria en la que se encuentra. Este tipo de programas ayuda al desarrollo de la sociedad en el cual se es llevado a cabo, ya que se enfoca a combatir un problema determinado por el cual vienen atravesando en un determinado momento.

JUSTIFICACIÓN

La presente investigación se enmarca dentro de la determinación de la relevancia de la inversión pública y su relación en el crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas e investigar si la población realmente percibe el crecimiento económico.

La relevancia del estudio de inversión pública radica en su contribución al crecimiento económico. Ello, aunado a la rentabilidad social que genera una inversión pública de calidad permite justificar aún más la importancia que tiene esta variable sobre el desarrollo del país. En esa dirección, existen algunas razones teóricas, prácticas, metodológicas que justifican el estudio de la inversión.

Justificación Teórica

Álvarez Llanes, J. (2012) que establece que la inversión pública parte en la elaboración de Presupuesto Público en el que las interacciones a ser financiadas con los

recursos públicos, se diseñan, ejecutan y evalúan en función a su ejecución presupuestal, y para la variable crecimiento de indicadores económicos se menciona a Tezanos Vázquez (2013).

Justificación Metodológica

Este trabajo se realizó tomando en cuenta el proceso de la investigación científica. Al respecto se identifica la problemática, en base a la cual se formula las soluciones correspondientes a través de las hipótesis. Se especifica la metodología a utilizar y todos los elementos complementarios, Para lo cual en esta investigación se utilizara como instrumento de investigación la entrevista aplicada a la población en la provincia de Alto Amazonas.

Justificación Práctica

Los resultados de la presente investigación servirán al gobierno regional de Loreto adoptar medidas correctivas para mejorar la inversión pública y generar un impacto positivo en la provincia de Alto Amazonas.

Justificación académica

Las especificaciones técnicas referidas a la medición de la inversión pública y la evaluación puede dificultar la comprensión de algunos aspectos de la investigación. Para mejorar esta situación se pondrá énfasis en clarificar las especificaciones técnicas a través del marco conceptual.

PROBLEMA

La problemática y las alternativas para dinamizar y hacer más eficiente la inversión pública, fue el tema que congregó a expertos del sector público, privado y académico, en un foro organizado por el Banco Central de Reserva del Perú. Jorge Estrella, gerente de Política Monetaria, refirió que si bien la inversión pública ha pasado de representar el 3% del PBI en 2006 a casi 6% el último año, aún se observa una menor cobertura que otros países de la región en rubros como electrificación, carreteras y puertos. Eso se refleja en que el Índice de Competitividad Global, donde el Perú se ubica en el puesto 91 entre 142 países evaluados en infraestructura, debido a la falta y baja calidad en caminos, carreteras y ferrocarriles, así lo menciona el *Gerente general del BCRP, Renzo Rossini en inauguración del foro*. Henry Zaira, director de la Oficina General de Planteamiento y Presupuesto del Ministerio de Transportes, explicó el mejoramiento de los enfoques de priorización de las obras públicas como carreteras. Asimismo, alcanzó detalles de los avances en los segmentos de comunicación, aeropuertos, ferrocarriles. También informó sobre la cartera de proyectos y

sus avances en el interior del país. José Luis Escaffi, socio de Apoyo Consultoría, expuso la problemática que enfrenta el sector privado al momento de desarrollar obras públicas. Dijo que existe mucha inacción en los funcionarios públicos debido al miedo a ser enjuiciados posteriormente, además de trámites engorrosos en los Estudios de Impacto Ambiental, demoras en la tramitación de expedientes y la atomización de los proyectos. Esto dificulta toda la cadena de valor que debería tener la inversión pública, enfatizó. Sugirió simplificar los trámites, darles más autonomía a los funcionarios pero sin perder el control, seguir impulsado el presupuesto por resultados, eliminar la velocidad de gasto como un indicador de eficiencia y optar por una visión de valor generado por cada sol invertido. Gabriel Daly, del Ministerio de Economía y Finanzas, en representación de Alonso Segura, presidente del Comité Especial de Proyectos de Inversión Pública, explicó las medidas que se ya han tomado para destrabar la inversión estatal y otras normas adicionales en evaluación que están relacionadas con las obras por impuestos y las Asociaciones Público Privadas. *Jorge Estrella del BCRP; José Luis Escaffi de Apoyo Consultoría; Gabriel Daly del MEF y Renzo Rossini del BCRP.*

La inversión en infraestructura en la provincia de Alto Amazonas fue mucho más en comparación con las demás provincias e inclusive en comparación con la sede (Ciudad de Iquitos), incrementándose en un 20% al año 2012 y un 40% al año 2013, haciendo una inversión pública de S/. 120'000,000.00 inversión que incrementó el nivel socio económico de la provincia de alto amazonas ya que todo el eje carretero y parte del distrito de Teniente Cesar López fue electrificado, con un servicio de 24 hora con interconexión al Mantaro y además se construyeron postas, colegios, brindando adecuados ambientes aún de que la población cuente con los servicios básicos de nivel, sin embargo resulta necesario conocer de manera objetiva si estas importantes inversiones estén generando crecimiento sostenible en la provincia de alto amazonas 2009 – 2013, es decir si está relacionado con el crecimiento poblacional, precio del terreno, el PBI, la disminución de la tasa de desempleo, índice de pobreza y analfabetismo, de esta manera poder conocer si el presupuesto por resultados, está cumpliendo con sus principal objetivo, por todas estas razones en la presente investigación se pretende determinar la relación existente entre la evolución de la inversión pública con el crecimiento de indicadores económicos en la provincia del alto Amazonas.

Problema General

¿Cuál es la relación entre la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional y el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas en los años 2009 – 2013?

Problema específico

- ¿Cuál fue el crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 - 2013?
- ¿Cuál fue el nivel de crecimiento de indicadores económico en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 - 2013?

HIPÓTESIS

Hipótesis general

La relación entre la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013, es estable.

Ho: La relación entre la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013, es inestable.

Hipótesis específicas

H1: El crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue constante y estable.

Ho: El crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue inconstante e inestable.

H2: El nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue constante y estable.

Ho: El nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue inconstante e inestable.

OBJETIVOS

Objetivo general

Establecer la relación entre la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas de los años 2009 – 2013.

Objetivos específicos

- Identificar el crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013.
- Determinar el nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013.

MARCO METODOLÓGICO

VARIABLES

- **Variable independiente:** Evolución de Inversión Pública del Gobierno Regional.
- **Variable dependiente:** Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas.

OPERACIONALIZACIÓN DE VARIABLES

OPERACIONALIZACIÓN DE VARIABLES				
Variable	Definición conceptual	Definición operacional	Indicadores	Escala de medición
Evolución de inversión pública	El concepto de Inversión pública, son intervenciones limitadas en el tiempo con el fin de crear, ampliar, mejorar o recuperar la capacidad productora y/o operativa.	Es la cantidad de dinero que se pudo ejecutar a lo largo de los periodos 2009 – 2013.	<ul style="list-style-type: none">• Ejecución presupuestaria de egresos.• Monto PIM	Ordinal:2009 2010 2011 2012 2013
Crecimiento de indicadores económicos	Es el proceso de transformación a través del cual las sociedades transitan con la finalidad de promover el bienestar económico y social de sus habitantes, está compuesto por un conjunto de transformaciones políticas, económicas y sociales.	Es el crecimiento dinámico que han tenido ciertos indicadores económicos a lo largo de diversos periodos.	<ul style="list-style-type: none">• Número de habitantes.• Precio promedio de terreno (Zona Urbana).• Producto Bruto Interno (P.I.B.).• Ingreso promedio mensual. -• Tasa de desempleo.• Índice de pobreza extrema.• Tasa de Analfabetismo.	

METODOLOGÍA

El método utilizado fue el cuantitativo porque permitió la obtención y elaboración de los datos recogidos y el conocimiento de los hechos fundamentales que caracterizan a los fenómenos; en cuanto al proceso estadístico contribuyeron a determinar la muestra de

sujetos a estudiar, tabular los datos empíricos obtenidos y establecer las generalizaciones apropiadas a partir de ellos, en lo teórico permitió profundizar en el conocimiento de las regularidades y cualidades esenciales de los fenómenos, en lo Hipotético-Deductivo fue la primera vía de inferencias lógicas deductivas para arribar a conclusiones particulares a partir de la Hipótesis.

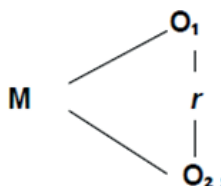
TIPO DE ESTUDIO

El presente estudio es de tipo **No experimental** porque se realizó sin manipular deliberadamente las variables. Se basará fundamentalmente en la observación de fenómenos tal y como se dan en su contexto tal y como se dan en su contexto natural para analizarlos con posterioridad. En este tipo de investigación no hay condiciones ni estímulos a los cuales se expongan los sujetos del estudio. Los sujetos son observados en su ambiente natural. (Hernández Sampieri, Roberto, 2004)

DISEÑO

Es correlacional, dado que se establecen correlaciones entre las variables que lo estructuran. (Sampieri, Fernández & Baptista, 2003). Asimismo, el estudio es de un alcance descriptivo, porque busca especificar y describir las características y rasgos importantes de los elementos de la muestra.

Esquema:



Dónde:

M: Documentación de inversión e indicadores económicos.

O1: Evolución de inversión pública.

O2: Crecimiento de indicadores económicos.

r: Relación de las variables O1 y O2.

POBLACIÓN, MUESTRA Y MUESTREO

Población

La población para la presente investigación estuvo conformada por la totalidad de documentos que contenían los índices de ejecución presupuestal y crecimiento de los indicadores económicos, desde el periodo 2009 hasta el 2013, de la provincia de alto amazonas.

Muestra

La muestra se encuentra conformada por la totalidad de ambos acervos documentarios; para ello se utilizó el muestreo no probabilístico a criterio del investigador.

TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLECCIÓN DE DATOS

Técnicas	Instrumentos	Fuentes o Informantes
Análisis documental	Documentos	Acervo documental sobre ejecución presupuestal, crecimiento de los indicadores económicos mencionados en la operacionalización de variables, desde el periodo 2009 hasta el 2013.

PROCEDIMIENTOS DE RECOLECCIÓN DE DATOS

Se comenzó solicitando la información pertinente a la municipalidad provincial de alto amazonas y al INEI, una vez obtenido dicha información, se realizó un análisis detallado de la información que solo es objeto de estudio en la presente investigación, la cual fue transcrita en los formatos formulados para cada variable.

Los datos cuantitativos fueron procesados y analizados por medios electrónicos, clasificados y sistematizados de acuerdo a las unidades de análisis correspondientes, respecto a sus variables, a través de Microsoft Excel y el programa estadístico SPSS.

RESULTADOS

INVERSIÓN PÚBLICA EN LA PROVINCIA DE ALTO AMAZONAS REALIZADO EN EL 2009 – 2013

Municipalidad de Alto Amazonas			Ejecución presupuestal
Periodo 2009	Ejecución Total	34,582,563	83.7%
	Presupuesto Institucional Modificado	41,333,851	
Periodo 2010	Ejecución Total	22,332,803	93.7%
	Presupuesto Institucional Modificado	23,845,260	
Periodo 2011	Ejecución Total	32,204,721	83.8%
	Presupuesto Institucional Modificado	38,420,949	
Periodo 2012	Ejecución Total	36,938,941	71.9%
	Presupuesto Institucional Modificado	51,361,250	
Periodo 2013	Ejecución Total	54,336,701	84.0%
	Presupuesto Institucional Modificado	64,653,254	

Tabla 1: Inversión pública 2009 – 2013.

Fuente: Levantamiento de información Resolución de Alcaldía N°219-2014¹

¹ http://www.altoamazonas.gob.pe/transparencia_estandar.php

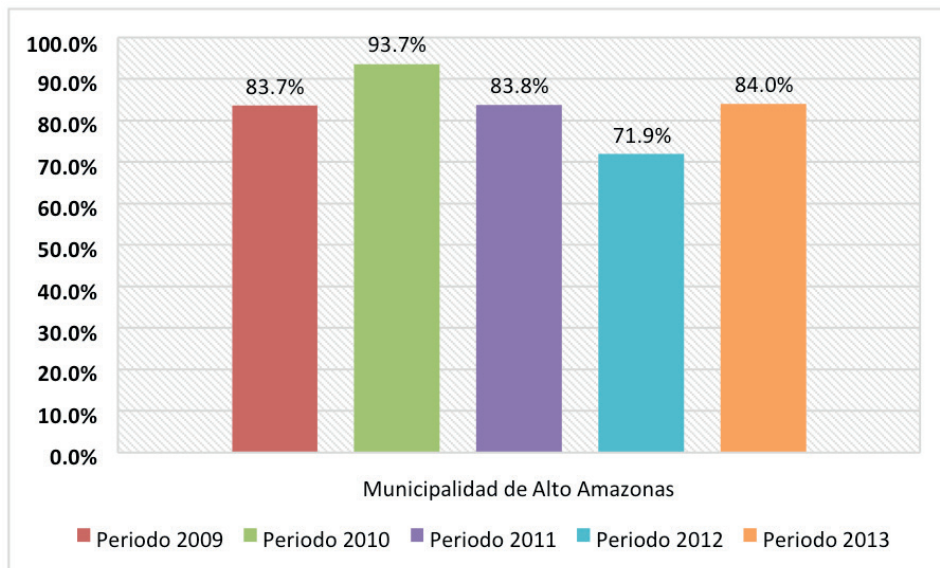


Figura 1: Inversión pública 2009 – 2013.

Fuente: Resumen de la Tabla 01.

Interpretación:

El análisis de la tabla y grafico anterior muestra la ejecución presupuestal de la municipalidad de Alto Amazonas, en donde se aprecia que a lo largo de los periodos objeto de estudio es decir del 2009 al 2013 muestra un índice inestable, no pudiendo alcanzar la ejecución total de su presupuesto, siendo el índice más bajo registrado en el 2012 es decir de 71.9% y el más alto registrado en el 2010 con un índice de 93.7%, por tanto se menciona que la inversión no tiene un beneficio directo en mejorar la calidad de la población, asimismo la ejecución del presupuesto no está correctamente distribuido ya que muchas de las obras en que se afectaron el presupuesto fueron sobrevaluadas, de igual manera no se tuvo un control permanente de las asignaciones realizadas a las diferentes municipalidades que forman parte del Alto Amazonas, por todo lo antes mencionado en la institución no se efectúa una correcta ejecución.

CRECIMIENTO DE INDICADORES ECONÓMICO EN LA PROVINCIA DE ALTO AMAZONAS EN EL 2009 – 2013.

AÑOS	N° de habitantes Población		Precio Promedio de Terreno en zona urbana (metro cuadrado)		Producto bruto interno per cápita (precios corrientes en miles de soles)		Ingreso promedio mensual en soles		% Tasa de desempleo		% Incidencia pobreza extrema		% Tasa de analfabetismo de la población	
	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %
2009	91,096	4%	195	5%	7340	4%	741.22	12.0%	3.52	6.0%	27.29	9%	7.7	22%
2010	101,564	10%	210	7%	8059	8.9%	863.89	14.2%	3.33	5.7%	24.3	12%	5.7	35%
2011	117,973	14%	215	2%	9041	10.9%	863.21	-0.1%	3.61	-7.8%	21.6	13%	7.1	- 20%
2012	127,325	7%	320	33%	9879	8.5%	962.67	10.3%	3.05	18.4%	19.3	12%	6.9	3%
2013	272,615	53%	350	9%	9890	0.1%	934.67	-3.0%	3.41	- 10.6%	11.5	68%	5.4	28%
Prom.	18%		11%		6%		7%		2.4%		23%		14%	

Tabla 2. Indicadores económicos 2009 – 2013.

Fuente: Instituto Nacional de Estadística e Informática.

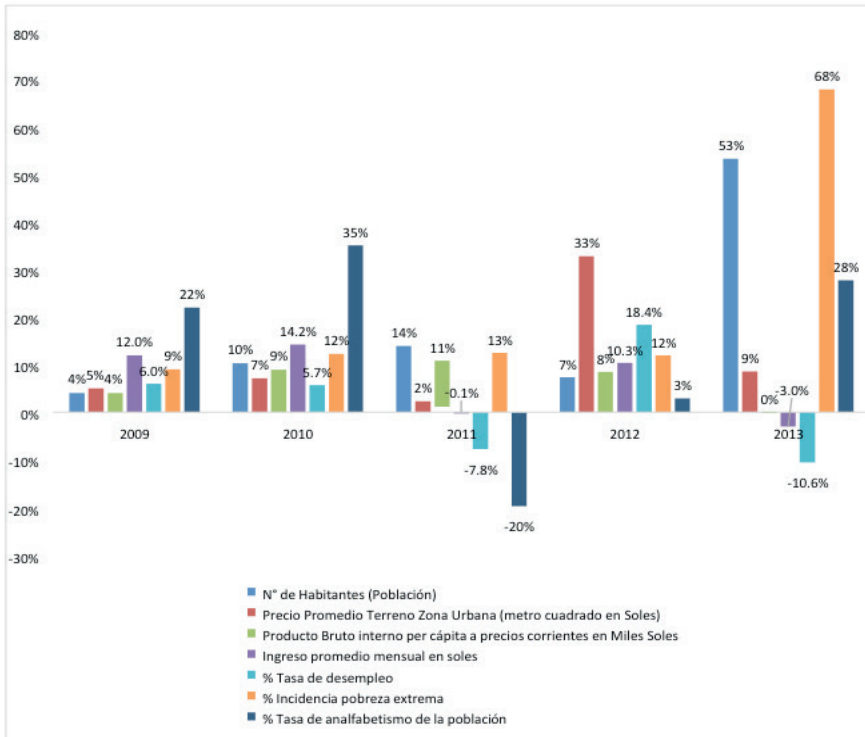


Figura 2. Indicadores económicos 2009 – 2013.

Fuente: Resumen de la Tabla 2.

Interpretación:

El análisis de la tabla y gráfico muestra que el crecimiento de los indicadores económicos es inestable ya que se aprecia que a pesar de que la mayoría de los lineamientos tiene un crecimiento a través de los años, no se alcanza en su totalidad, siendo el caso más notorio el del analfabetismo que durante el periodo 2009 y 2010 tuvieron una reducción significativa el cual es favorable para la población, sin embargo en el periodo 2011 se pudo observar que el índice de analfabetismo no redujo, por el contrario tuvo un aumento del 20% indicando de esta manera que la institución tiene poco eficiencia en cuanto la ejecución de sus gastos, por otro lado en cuanto a la tasa de desempleo también los dos primeros años tuvieron un crecimiento sin embargo en el 2011 el desempleo se incrementó en 20% demostrando una gestión inadecuada, en tanto los índices de pobreza extrema se redujeron enormemente favoreciendo a la población en general, sucediendo lo mismo en la tasa de analfabetismo.

RELACIÓN EXISTENTE ENTRE LA EVOLUCIÓN DE LA INVERSIÓN PÚBLICA DEL GOBIERNO REGIONAL Y EL CRECIMIENTO DE INDICADORES ECONÓMICOS EN LA PROVINCIA DE ALTO AMAZONAS 2009 – 2013.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	,095
	Sig. (unilateral)		,439
	N	5	5
Número de Habitantes	Correlación de Pearson	,095	1
	Sig. (unilateral)	,439	
	N	5	5

Tabla 3: Relación entre Ejecución Presupuestal y Número de habitantes

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

El análisis de la tabla anterior muestra que no existe relación entre la ejecución presupuestal y el número de habitantes como indicador económico, ya que esto a pesar de su crecimiento no está en contraste con la necesidad de la población, esto se sustenta mediante la prueba de correlación de Pearson siendo el Valor p mayor a 0.05, de esta manera se acepta la hipótesis nula de investigación.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	-,781
	Sig. (unilateral)		,059
	N	5	5
Precio promedio terreno zona Urbana metro cuadrado en soles	Correlación de Pearson	-,781	1
	Sig. (unilateral)	,059	
	N	5	5

Tabla 4: Relación entre Ejecución Presupuestal y Precio promedio terreno zona Urbana metro cuadrado en soles

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

El análisis de la tabla 03 muestra que no existe relación entre la ejecución presupuestal y el precio promedio terreno zona Urbana metro cuadrado en soles, esto

debido a que no está en contraste con la realidad que se vive en alto Amazonas, así mismo la prueba de correlación de Pearson así lo demuestra, siendo el valor p mayor a 0.05 de lo permitido, por tanto se acepta la hipótesis nula de la investigación.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	-,781
	Sig. (unilateral)		,059
	N	5	5
Producto bruto interno per cápita a precios corrientes en miles de soles	Correlación de Pearson	-,781	1
	Sig. (unilateral)	,059	
	N	5	5

Tabla 5: Relación entre Ejecución Presupuestal y Producto bruto interno per cápita a precios corrientes en miles de soles

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

Luego de realizar el análisis de la tabla anterior podemos mencionar que el producto bruto interno no guarda relación con los índices de ejecución presupuestal que la institución ha tenido a lo largo de los periodos objetos de estudio, siendo esto a partir del 2009 al2013, por otro lado la correlación de Pearson muestra que el valor p es mayor al 0.05 con la que se rechaza la hipótesis alterna de la investigación.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	,121
	Sig. (unilateral)		,423
	N	5	5
Ingreso promedio mensual	Correlación de Pearson	,121	1
	Sig. (unilateral)	,423	
	N	5	5

Tabla 6: Relación entre Ejecución Presupuestal e Ingreso promedio mensual

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

En cuanto al análisis de la tabla anterior muestra que la ejecución presupuestal no mantiene una relación con los ingresos promedio mensual de la población de alto Amazonas,

ya que este último tiene un crecimiento sin embargo la ejecución presupuestal es inestable por tanto la prueba de Pearson rechaza acepta la hipótesis nula de la investigación.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	-,442
	Sig. (unilateral)		,228
	N	5	5
Tasa de desempleo	Correlación de Pearson	-,442	1
	Sig. (unilateral)	,228	
	N	5	5

Tabla 7: Relación entre Ejecución Presupuestal y Tasa de desempleo

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

El análisis de la tabla anterior muestra que no existe relación entre las variables objeto de estudio esto debido que la tasa de desempleo está reduciendo considerablemente en los periodos, en tanto la prueba de correlación de Pearson lo muestra siendo el valor p mayor a 0.05, por tanto se acepta la hipótesis nula.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	,041
	Sig. (unilateral)		,474
	N	5	5
Incidencia pobreza extrema	Correlación de Pearson	,041	1
	Sig. (unilateral)	,474	
	N	5	5

Tabla 8: Relación entre Ejecución Presupuestal e Incidencia pobreza extrema

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

El análisis de la tabla anterior muestra que no existe correlación entre las variables objeto de estudio, ya que la prueba de Pearson así lo menciona, esto debido a que el valor p de la correlación de Pearson es mayor que 0.05 por lo que se acepta la hipótesis nula de la investigación.

		Ejecución Presupuestal	Número de Habitantes
Ejecución Presupuestal	Correlación de Pearson	1	,495
	Sig. (unilateral)		,198
	N	5	5
Tasa de analfabetismo	Correlación de Pearson	,495	1
	Sig. (unilateral)	,198	
	N	5	5

Tabla 9: Relación entre Ejecución Presupuestal y Tasa de analfabetismo

Fuente: Resumen SPSS.

Interpretación:

El análisis de la tabla anterior muestra que no existe una relación entre las variables objeto de estudio esto debido a que la correlación de Pearson así lo demuestra siendo el valor p mayor a 0.05, por ende en la investigación se acepta la hipótesis nula de investigación.

DISCUSIÓN

Después de haber procesado y analizado los resultados en función de las medidas estadísticas descriptivas de tendencia central y de dispersión; corresponde analizar y comparar los resultados con los referentes teóricos y los antecedentes de la presente investigación. En ese sentido, a un nivel de confianza del 95%, se evidenció que la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional se relaciona significativamente con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013.

En tal sentido, Prieto, Marlon (2012), en su tesis “Influencia de la Gestión del Presupuesto por Resultado en la Calidad del Gasto en las Municipalidades del Perú año 2006-2010, Caso: Lima, Junín y Ancash; llegó a la conclusión de que la aplicación del Presupuesto por resultados en las municipalidades del Perú mejora la calidad del gasto público ya que ellos son destinados a favorecer los niveles de vida de la población, la manera como mejorar la calidad de vida de la población es mediante la asignación de recursos presupuestales en los Programas Presupuestales Estratégicos tales como: mejorar la desnutrición crónica infantil, mejorar la calidad de la educación básica, mejorar la dación de servicios a la población y también se refiere a que los actuales indicadores de evaluación presupuestal no consideran los beneficios sociales que se debe brindar a la población, e incluso son desconocidos por quienes elaboran dicha evaluación y los indicadores miden solamente el monto del gasto, pero no la calidad del mismo.

En cambio, Ponce, St. S. (2013), en su tesis “Inversión Pública y Desarrollo Económico Regional” en la pontificia universidad católica del Perú, acotó que si bien la inversión pública ha resultado ser un factor relevante en el crecimiento económico, la inversión privada es la que mayor impacto ha generado en el periodo bajo análisis. Es así, que se podría afirmar que una correcta canalización de recursos privados sobre proyectos de inversión, inclusive en aquellos que producen beneficios directos sobre la población. Además, la mayor participación de la inversión privada en los últimos años también se ha derivado de otras alternativas de participación conjunta entre el estado y el sector privado, como es el caso del esquema de Asociación Público Privadas (APPs). Por ello, no se debe subestimarse el impacto de inversión pública porque esta variable se encuentra en proceso de expansión, si se compara con la inversión privada. A ello, se suma el hecho de que el rol del Estado debe generar externalidades positivas en la población, por lo que incentivar la inversión pública sigue siendo una alternativa viable. Es preciso señalar, que mientras se busque incentivar la inversión pública es posible generar una mayor competencia con la inversión privada, en el sentido de brindar alternativas de solución frente a las demandas

insatisfechas de las distintas regiones.

Sin embargo, Pareja, E. H. (2011) en su tesis “Análisis de los proyectos de inversión pública en el programa “Mi Barrio”: evaluación mediante cinco estudios de caso” de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos; después de los resultados, manifestó que es necesario reiterar que la percepción de un proyecto como actividades poco productivas, es trasladada a los programas y posteriormente a las políticas públicas, y consecuentemente a las autoridades involucradas. Además del objetivo de investigación se debe buscar impulsar investigaciones en proyectos de inversión pública en el lector de manera que pueda extraer de las indagaciones experiencias exitosas para ser replicados en proyectos similares y lograr el desarrollo social.

Finalmente, Enke, Stephen, (1965), sostiene: La globalización y la tecnología han superado las barreras geográficas, es por esta razón que la gente en la actualidad conoce claramente la situación de las cosas que ocurren en otras partes del mundo. A los habitantes de los países desarrollados se les recuerda frecuentemente la situación en la que viven los habitantes de los países menos desarrollados, la población en estos países está cada vez más expuesta al estilo de vida del mundo occidental.

Las naciones más desarrolladas frecuentemente tienden a ayudar a los países menos desarrollados con el fin de mejorar la calidad de vida de sus habitantes, ambas partes destacan el beneficio del aumento de la prosperidad en los países menos desarrollados y del apoyo mutuo. Es por esta razón que en los últimos treinta años el desarrollo económico ha adquirido una mayor importancia.

CONCLUSIONES

- La relación entre la Inversión Pública del Gobierno Regional con el crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013; es inestable; lo que indica que la ejecución presupuestal no beneficia a la población en general el cual indica una deficiente gestión y mal manejo de los fondos, por lo que no se logra alcanzar las metas durante todos los periodos objeto de estudio. En consecuencia, se puede afirmar que no existe una relación entre las variables objeto de estudio debido a que la ejecución presupuestal no está ligada de manera directa con los indicadores económicos del Alto Amazonas, asimismo se sustenta mediante la correlación de Pearson ya que el valor p es mayor al 0.05, aceptando la hipótesis nula de la investigación.
- El crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue inconstante e inestable; lo que indica que la inversión no tuvo un beneficio directo en mejorar la calidad de la población, asimismo la ejecución del presupuesto no fue correctamente distribuido; ya que muchas de las obras en que se afectaron el presupuesto fueron sobrevaluadas, de igual manera no se tuvo un control permanente de las asignaciones realizadas a las diferentes municipalidades que forman parte del Alto Amazonas, por todo lo antes mencionado en la institución no se efectuó una correcta ejecución.
- El nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue inconstante e inestable. Lo que quiere decir que los indicadores económicos ha mejorado a lo largo de los periodos tal es el caso de los índices de pobreza extrema en el se ha ido reduciendo en porcentajes altos, siendo para el último periodo una reducción del 68% con respecto al periodo anterior, sin embargo El PBI per cápita y el ingreso promedio mensual no tuvieron un crecimiento ascendente sino inestable.

RECOMENDACIONES

- En el Gobierno Regional de Alto Amazonas se deberá realizar el control más eficiente de los presupuestos asignados a cada uno de las municipalidades pertenecientes a la Región a fin de que estos puedan estar encaminados a mejorar la calidad de vida de la población.
- Las autoridades pertinentes deben implementar acciones de supervisión trimestral a fin de verificar el cumplimiento de los objetivos de los indicadores económicos, evaluando los indicadores de pobreza sobre la población en general, asimismo promover en las instituciones el uso eficiente del presupuesto a fin de alcanzar las metas y objetivos planteados por cada periodo.
- La institución deberá verificar otros factores ajenos a la ejecución presupuestal para identificar por qué existe un crecimiento inestable en alguno de los lineamientos de los indicadores económicos, permitiendo así mejorar cada uno de las gestiones gubernamentales.

REFERENCIAS

- Álvarez, J. (2012). *Presupuesto Público Comentado, Presupuesto Por Resultados y Presupuesto Participativo*: Instituto Pacífico S.A.C. Lima-Perú.
- Arias, A. (1982) “*La Concentración Bancaria en el Perú.*” Tesis para optar el grado de Bachiller. Pontificia Universidad Católica del Perú.
- BCRP (2013) *Gerencia de Estudios Económicos* “glosario de términos económicos”.
- Burneo, K. (2007) “*La Relación entre Bancarización Pública y Crecimiento Económico Regional. Un Estudio de Caso.*” Tesis de Doctorado ESADE – ESAN.
- Enke, St. (1965) *Economía para el desarrollo*. Primera edición-hispanoamerica, México.
- Felaban (2007) “*¿Qué Sabemos Sobre Bancarización En América Latina?*”
- Federación Latinoamericana de Bancos. Eon Mendoza.
- Juan (2012) *Educación y Bancarización Departamental en el Perú*. FCE de la Universidad Nacional del Callao.
- Morales, L y Yañez A. (2006). *La Bancarización en Chile, concepto y medición*. En Serie Técnica de Estudios Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras, Stgo. De Chile.
- Morón, E. (2006). *Los Retos del Sistema Bancario de Perú*. En La Extensión del Crédito y los Servicios Financieros. Secretaría General Iberoamericana. Madrid.
- Mueller, D. (1989), *Public Choice. Cambridge, United Kingdom*. Cambridge University Press. Arte de Bancarizar.
- Pérez, C. E. y Palacio, Ma. I. (2011), *en el estudio: Análisis de la evolución de la bancarización y su impacto en ciertos sectores de la economía de la ciudad de Cartagena en el periodo 2000 – 2008*. Proyecto de grado para optar por el título de especialista en finanzas.
- Rojas, L. (2007) *Bancarización en América Latina: Obstáculos y Recomendaciones. Presentación Center for Global Development*. San José de Costa Rica.
- Ruiz J. (2007), *La Bancarización en Latinoamérica. Un Desafío para los Grupos Bancarios Españoles*. En Revista Estabilidad Financiera No. 13. Nov. Banco de España.
- Salvatore D. y Dowling e (1990). “*Teorías y Problemas del Desarrollo Económico*”, Colombia.
- Secretaría General Iberoamericana (2006) *La Extensión del Crédito y los Servicios Financieros: Obstáculos, Propuestas y Buenas Prácticas*, Madrid.
- SUPERINTENCIA DE BANCA, SEGUROS y AFP (2011): *Indicadores de Inclusión Financiera de los sistemas financiero, de seguros y de pensiones*”. SBS.

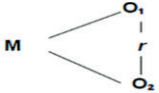
Superintendencia de Banca, Seguros y AFP (SBS) (2010): *Programa de asesoría a docentes sobre el rol y funcionamiento del sistema financiero, de seguros, AFP y unidad de inteligencia financiera* – cuarta edición.

Tezanos, S. (2013). Desarrollo humano, pobreza y desigualdades. Cátedra de Cooperación Internacional y con Iberoamérica - Universidad de Cantabria. Recuperado el 04/01/2014. <https://www.ciberoamericana.com/pdf/MANUAL1.pdf>

ANEXO 01. MATRIZ DE CONSISTENCIA

Evolución de la inversión pública del gobierno regional y su relación en el crecimiento de indicadores económicos en la Provincia de Alto Amazonas, 2009 – 2013

Formulación del problema	Objetivos de la investigación	Hipótesis de investigación	Operacionalización de variables
<p>Problema General ¿Cuál es la relación entre la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional y el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas en los años 2009 – 2013?</p> <p>Problemas Específicos 1. ¿Cuál fue el crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 - 2013? 2. ¿Cuál fue el nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 - 2013?</p>	<p>Objetivo General Establecer la relación entre la evolución de la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas de los años 2009 – 2013.</p> <p>Objetivos Específicos 1. Identificar el crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 - 2013. 2. Determinar el nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013.</p>	<p>Hipótesis General La relación entre la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013, es estable.</p> <p>Ho: La relación entre la Inversión Pública del Gobierno Regional con el Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013, es inestable.</p> <p>Hipótesis Específicas H₁: El crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue constante y estable. H₀: El crecimiento de la inversión pública en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue inconstante e inestable. H₂: El nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue constante y estable. Ho: El nivel de crecimiento de indicadores económicos en la provincia de Alto Amazonas entre los años 2009 – 2013 fue inconstante e inestable.</p>	<p>Variable independiente Evolución de Inversión Pública del Gobierno Regional</p> <p>Indicadores Ejecución presupuestaria de egresos</p> <p>Monto PIM</p> <p>Variable dependiente Crecimiento de Indicadores Económicos en la Provincia de Alto Amazonas</p> <p>Indicadores Número de habitantes. Precio promedio de terreno (Zona Urbana). Producto Bruto Interno (P.B.I.). Ingreso promedio mensual. Tasa de desempleo. Índice de pobreza extrema. Tasa de Analfabetismo.</p>

Diseño de investigación	Población y muestra	Instrumentos de recolección de datos
<p>Fue correlacional: Esquema</p>  <p>Donde: M: Documentación de inversión e indicadores económicos. O1: Evolución de inversión pública. O2: Crecimiento de indicadores económicos. r: Relación de las variables O1 y O2</p>	<p>Población (N) La población para la presente investigación estuvo conformada por la totalidad de documentos que contenían los índices de ejecución presupuestal y crecimiento de los indicadores económicos desde el periodo 2009 hasta el 2013, de la Provincia de Alto Amazonas.</p> <p>MUESTRA (n) La muestra se encuentra conformada por la totalidad de ambos acervos documentarios; para ello se utilizó el muestreo no probabilístico a criterio del investigador.</p>	<p>Documentos de ejecución presupuestal. Compendio de indicadores económicos.</p>

ANEXO 02: INSTRUMENTOS DE RECOLECCIÓN DE INFORMACIÓN

Ejecución Presupuestal

Municipalidad de Alto Amazonas	PIA	PIM	Compromiso	Devengado	Girado	Ejecución presupuestal
Año 2009						
Año 2010						
Año 2011						
Año 2012						
Año 2013						

Compendio de Indicadores económicos

AÑOS	N° de habitantes Población		Precio Promedio de Terreno en zona urbana (metro cuadrado)		Producto bruto interno per cápita (precios corrientes en miles de soles)		Ingreso promedio mensual en soles		% Tasa de desempleo		% Incidencia pobreza extrema		% Tasa de analfabetismo de la población	
	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %	Cant.	Prom. %
2009														
2010														
2011														
2012														
2013														
Prom.														

ANEXO 03: DOCUMENTOS FINANCIEROS

Provincia de Alto Amazonas 2009

	Presupuesto Institucional de Apertura	Presupuesto Institucional Modificado	Ejecución al Trimestre Anterior	Ejecución al Trimestre	Ejecución Total	Saldo	Avance
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(2)-(5)	% (7)=(5)/(2)
1. Recursos ordinarios	1,116,402	4,237,149	2,449,319	1,787,243	4,236,562	587	100
2. Recursos directamente recaudados	1,355,611	2,835,299	1,593,831	375,987	1,969,818	865,481	69.5
3. Recursos por operaciones oficiales de credito	0	2,503,754	2,386,394	100,758	2,487,151	16,603	99.3
4. Donaciones y transferencias	0	8,088,078	7,980,901	86,500	8,067,401	20,677	99.7
5. Recursos determinados	20,729,579	23,669,571	13,153,503	4,668,128	17,821,630	5,847,941	75.3
-	5,888,476	6,730,748	2,579,761	1,080,036	3,659,797	3,070,951	54.4
• Canon y sobrecanon, regalías, renta de aduanas y participaciones	0	0	0	0	0	0	0
-	491,633	607,433	428,650	119,950	548,600	58,833	90.3
• Impuestos municipales	0	0	0	0	0	0	0
-	14,349,470	16,331,390	10,145,091	3,468,142	13,613,233	2,718,157	83.4
• Fondo de compensación municipal	0	0	0	0	0	0	0
• Contribuciones a fondos	0	0	0	0	0	0	0
• Participación en rentas de aduanas	0	0	0	0	0	0	0
• Canon, sobrecanon, regalías y participac	0	0	0	0	0	0	0
Sub - total de recursos Determinados:	20,729,579	23,669,571	13,153,503	4,668,128	17,821,630	5,847,941	75.3
Total:	23,201,592	41,333,851	27,563,948	7,018,615	34,582,563	6,751,288	83.7

Provincia de Alto Amazonas 2010

Detalle	Presupuesto Institucional de Apertura	Presupuesto Institucional Modificado	Ejecución al Trimestre Anterior	Ejecución al Trimestre	Ejecución Total	Saldo	Avance
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(2)-(5)	% (7)=(5)/(2)
1. RECURSOS ORDINARIOS	1,223,600	1,676,604	1,104,735	571,118	1,675,853	751	100
2. RECURSOS DIRECTAMENTE RECAUDADOS	1,420,720	2,128,828	838,275	739,982	1,578,257	550,571	74.1
3. RECURSOS POR OPERACIONES OFICIALES DE CREDITO	0	28,191	27,794	0	27,794	397	98.6
4. DONACIONES Y TRANSFERENCIAS	0	200,750	153,216	31,448	184,663	16,087	92
5. RECURSOS DETERMINADOS	13,022,726	19,810,887	13,732,382	5,133,854	18,866,236	944,651	95.2
-	2,468,306	7,053,472	4,361,822	1,913,144	6,274,966	778,506	89
- CANON Y SOBRECANON, REGALIAS, RENTA DE ADUANAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0
-	549,827	572,473	400,119	135,451	535,569	36,904	93.6
- IMPUESTOS MUNICIPALES	0	0	0	0	0	0	0
- FONDO DE COMPENSACION MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0
	10,004,593	12,184,942	8,970,441	3,085,259	12,055,700	129,242	98.9
-CONTRIBUCIONES AFONDOS	0	0	0	0	0	0	0
- PARTICIPACION EN RENTAS DE ADUANAS	0	0	0	0	0	0	0
- CANON, SOBRECANON, REGALIAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0

SUB - TOTAL DE RECURSOS DETERMINADOS:	13,022,726	19,810,887	13,732,382	5,133,854	18,866,236	944,651	95.2
TOTAL:	15,667,046	23,845,260	15,856,402	6,476,402	22,332,803	1,512,457	93.7

Provincia de Alto Amazonas 2011

Detalle	Presupuesto Institucional de Apertura	Presupuesto Institucional Modificado	Ejecución al Trimestre Anterior	Ejecución al Trimestre	Ejecución Total	Saldo	Avance
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(2)-(5)	% (7)=(5)/(2)
1. RECURSOS ORDINARIOS	1,223,600	9,329,814	775,121	4,955,740	5,730,862	3598952	61.4
2. RECURSOS DIRECTAMENTE RECAUDADOS	1,411,259	2,143,930	1,344,694	157,133	1,501,827	642,103	70.1
3. RECURSOS POR OPERACIONES OFICIALES DE CREDITO	0	5,500,397	3,805,182	1342313	5,147,494	352903	93.6
4. DONACIONES Y TRANSFERENCIAS	0	196,347	0	176,601	176,601	19,746	89.9
5. RECURSOS DETERMINADOS	15,787,463	21,250,461	13,598,726	6,049,212	19,647,938	1,602,523	92.5
-	3,218,565	6,189,521	3,180,898	2,058,310	5,239,208	950,313	84.7
- CANON Y SOBRECANON, REGALIAS, RENTA DE ADUANAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0
-	578,950	687,242	457,220	146,924	604,144	83,098	87.9
- IMPUESTOS MUNICIPALES	0	0	0	0	0	0	0
- FONDO DE COMPENSACION MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0
	11,989,948	14,373,698	9,960,608	3,843,978	13,804,586	569,112	96

- CONTRIBUCIONES A FONDOS	0	0	0	0	0	0	0
- PARTICIPACION EN RENTAS DE ADUANAS	0	0	0	0	0	0	0
- CANON, SOBRECANON, REGALIAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0
SUB - TOTAL DE RECURSOS DETERMINADOS:	15,787,463	21,250,461	13,598,726	6,049,212	19,647,938	1,602,523	92.5
TOTAL:	18,422,322	38,420,949	19,523,723	12,680,999	32,204,721	6,216,228	83.8

Provincia de Alto Amazonas 2012

Detalle	Presupuesto Institucional de Apertura	Presupuesto Institucional Modificado	Ejecución al Trimestre Anterior	Ejecución al Trimestre	Ejecución Total	Saldo	Avance
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(2)-(5)	% (7)=(5)/(2)
1.RECURSOS ORDINARIOS	1,224,644	22,780,097	4,332,056	7,316,673	11,648,729	11131368	51.1
2.RECURSOS DIRECTAMENTE RECAUDADOS	1,411,259	1,639,073	990,940	283,946	1,274,886	364,187	77.8
3.RECURSOS POR OPERACIONES OFICIALES DE CREDITO	0	327,389	316,265	-2712	313,553	13836	95.8
4.DONACIONES Y TRANSFERENCIAS	0	221,914	125,859	62,637	188,495	33,419	84.9
5.RECURSOS DETERMINADOS	19,545,744	26,392,777	16,946,505	6,566,773	23,513,278	2,879,499	89.1
-	3,699,327	9,425,295	4,691,143	3,040,852	7,731,996	1,693,299	82
-CANON Y SOBRECANON, REGALIAS, RENTA DE ADUANAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0

-	578,950	963,839	614,015	280,716	894,731	69,108	92.8
-IMPUESTOS MUNICIPALES	0	0	0	0	0	0	0
-FONDO DE COMPENSACION MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0
	15267467	16003643	11641347	3245204	14886551	1117092	93
-CONTRIBUCIONES A FONDOS	0	0	0	0	0	0	0
-PARTICIPACION EN RENTAS DE ADUANAS	0	0	0	0	0	0	0
-CANON, SOBRECANON, REGALIAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0
SUB - TOTAL DE RECURSOS DETERMINADOS:	19,545,744	26,392,777	16,946,505	6,566,773	23,513,278	2,879,499	89.1
TOTAL:	22,181,647	51,361,250	22,711,624	14,227,317	36,938,941	14,422,309	71.9

Provincia de Alto Amazonas 2013

Detalle	Presupuesto Institucional de Apertura	Presupuesto Institucional Modificado	Ejecución al Trimestre Anterior	Ejecución al Trimestre	Ejecución Total	Saldo	Avance
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(2)-(5)	% (7)=(5)/(2)
1. RECURSOS ORDINARIOS	1,224,644	27,529,528	9,266,875	14,128,335	23,395,210	4134318	85
2. RECURSOS DIRECTAMENTE RECAUDADOS	1,593,241	1,748,356	795,108	301,528	1,096,636	651,720	62.7
3. RECURSOS POR OPERACIONES OFICIALES DE CREDITO	0	540,318	0	540317	540,317	1	100
4. DONACIONES Y TRANSFERENCIAS	0	418,031	173,789	208,283	382,072	35,959	91.4

5. RECURSOS DETERMINADOS	27,627,471	34,417,021	20,653,577	8,268,888	28,922,465	5,494,556	84
- CANON Y SOBRECANON, REGALIAS, RENTA DE ADUANAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0
-	8879467	14224580	6164060	3757611	9921671	4302909	69.8
-	676,827	1,169,974	644,398	369,822	1,014,220	155,754	86.7
- IMPUESTOS MUNICIPALES	0	0	0	0	0	0	0
- FONDO DE COMPENSACION MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0
	18071177	19022467	13845119	4141455	17986574	1035894	94.6
- CONTRIBUCIONES A FONDOS	0	0	0	0	0	0	0
- PARTICIPACION EN RENTAS DE ADUANAS	0	0	0	0	0	0	0
- CANON, SOBRECANON, REGALIAS Y PARTICIPACIONES	0	0	0	0	0	0	0
SUB - TOTAL DE RECURSOS DETERMINADOS:	27,627,471	34,417,021	20,653,577	8,268,888	28,922,465	5,494,556	84
TOTAL:	30,445,356	64,653,254	30,889,349	23,447,351	54,336,701	10,316,553	84

VITELIO ASENCIOS TARAZONA - Universidad Nacional Intercultural de la Amazonia (UNIA)-Ucayali. vasencios@unia.edu.pe. <https://orcid.org/0000-0002-0253-3148>. Ingeniero Industrial - Maestro en Gestión de Proyectos (EPG UNHEVAL) - Con Post Grado en Ingeniería Agroindustrial (UNAS) y Doctorando en Administración (UNU-Ucayali). Docente Investigador RENACYT de la Escuela Profesional de Ingeniería Agroindustrial- Universidad Nacional Intercultural de la Amazonia (UNIA). Especializado en: Diseño de Procesos y Gestión de Operaciones Agroindustriales y Procesos de Aseguramiento de Calidad.

JULIO AREVALO REATEGUI - Universidad Nacional de Ucayali. julio_arevalo@unu.edu.pe. <https://orcid.org/0000-0003-1999-5071>. Economista, Doctor en Gestión Pública y Gobernabilidad, experto en Planificación y Presupuesto, docente de Pos grado, con artículos científicos publicados. y otros. Especialista en Invierte Pe., Asesor Presupuestario.

ALBERTO ALVA ARÉVALO - Universidad Nacional de San Martín, Tarapoto – Perú. aalva@unsm.edu.pe. <https://orcid.org/0000-0002-8392-3542>. Ingeniero de Sistemas, Doctor en Gestión Empresarial, Magister en Administración, Maestro en Ciencias con Mención en Tecnología de la Información de la Universidad Nacional de San Martín - UNSM, Tesista en la Maestría en Informática y Tecnología Educativa de la Universidad San Martín de Porres -USMP, Tesista en la Maestría en Informática Educativa y Tecnologías de la Información de la Universidad Católica de Trujillo - UCT, Doctorando en Gestión Universitaria en la Universidad Nacional de San Martín - UNSM. Docente Asociado en la Universidad Nacional de San Martín, Tarapoto – Perú. Asesor, Capacitador y Consultor en temas de investigación en Tecnología de la Información y Comunicaciones.

JUAN CARLOS SCHRADER IÑAPI - Universidad Nacional Autónoma de Alto Amazonas-Loreto -Perú. <https://orcid.org/0000-0003-3069-720>. jschrader@unaaa.edu.pe. Doctor en Gestión Pública y Gobernabilidad, experto en Tributación, con varios artículos científicos publicados. Docente Auxiliar en la Universidad Nacional Autónoma de Alto Amazonas-Loreto -Perú

NAZARIO AGUIRRE BAIQUE - Universidad Nacional Intercultural de la Amazonía – Ucayali-Perú. naguirreb@unia.edu.pe. <https://orcid.org/0000-0002-0740-2585>. Doctor en Ciencias de la Educación, Docente Principal, Investigador y Escritor de la Universidad Nacional Intercultural de la Amazonía, Ucayali; ha publicado Libros y Artículos Científicos, ha realizado estudios de especialización en Administración y Gestión Empresarial, Derechos de los Pueblos Indígenas en el Sistema Universal de las Naciones Unidas, Gestión Pública e Interculturalidad, Interculturalidad Universitaria, Lingüística para la Educación Intercultural Bilingüe, entre otros.

HUGO ALVARADO RIOS - Universidad Nacional Agraria de la Selva – Tingo María -Perú. hugo.alvarado@unas.edu.pe. <https://orcid.org/0000-0001-6853-9297>. Contador Público. Doctor en Gestión Pública y Gobernabilidad. Especialista en Gestión Pública y Control institucional. Con experiencia en Gerencia de Proyectos especiales. Con varios artículos publicados y otros.

EVOLUCIÓN DE LA INVERSIÓN PÚBLICA

Y SU RELACIÓN EN EL CRECIMIENTO
DE INDICADORES ECONÓMICOS

CASO DE ESTUDIO:
ALTO AMAZONAS- PERÚ

- 🌐 www.arenaeditora.com.br
- ✉ contato@arenaeditora.com.br
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

EVOLUCIÓN DE LA INVERSIÓN PÚBLICA

Y SU RELACIÓN EN EL CRECIMIENTO
DE INDICADORES ECONÓMICOS

CASO DE ESTUDIO:
ALTO AMAZONAS- PERÚ

- 🌐 www.arenaeditora.com.br
- ✉ contato@arenaeditora.com.br
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br